

Estudo Técnico Preliminar 11/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23073.065832/2024-07

2. Descrição da necessidade

A Universidade Federal do Pará (UFPA) atualmente tem seu corpo discente composto por 53.763 alunos(as) regularmente matriculados(as) na educação básica (ensino infantil, fundamental, médio) e profissional (técnico de nível médio), graduação (bacharelado, licenciatura e tecnólogo) e pós-graduação lato sensu e stricto sensu (UFPA em Números, ano base 2023), distribuídos(as) em 12 campi, 16 institutos, 9 núcleos, 2 escolas técnicas e 1 escola de aplicação, 2 hospitais universitários e 1 hospital veterinário. Estes(as) estudantes realizam diversas atividades acadêmicas, de várias naturezas, as quais podem expô-los(as) a riscos à sua integridade física e à vida. Entre essas atividades, destacam-se aulas de campo e/ou coleta, cenários de prática, atividades práticas internas dentro dos espaços da instituição, ensaios em laboratórios, estágios obrigatórios, não-obrigatórios e voluntários, monitoria, bolsa trabalho, visitas técnicas dentro e fora da UFPA, viagens acadêmicas, competições desportivas, culturais e científicas ocorridos em território nacional e internacional, desde que estejam representando a instituição, atividades em oficinas, atividades da educação profissional que envolvam manutenções e montagem de estruturas, entre outras atividades acadêmicas que envolvem riscos como quedas, içamentos, explosões, incêndios e danos materiais.

O último contrato de seguro coletivo contra acidentes pessoais da UFPA (nº 08/2020 /UFPA), que cobria acidentes pessoais que resultassem em morte acidental, invalidez permanente (total ou parcial), não pode ser renovado, devido ao limite legal de 60 meses (conforme estabelecido pela Lei 8.666/93, que regulamenta o contrato vigente). Diante disso, a contratação de um novo seguro é importante para assegurar que todos (as) os(as) estudantes da UFPA, da educação básica à pós-graduação, estejam protegidos(as) durante a realização de atividades acadêmicas, especialmente aquelas que envolvem maiores riscos devido às peculiaridades técnicas e características regionais.

Após a experiência que tivemos na execução do contrato vigente até então, notamos novas necessidades a serem adicionadas ao escopo do novo contrato. O contrato vigente não contempla os(as) estudantes da educação básica e da educação profissional técnica de nível médio da Universidade, nem os(as) estudantes de outras instituições que realizam atividades pedagógicas na UFPA. Essa ampliação de cobertura constitui uma nova necessidade a ser incorporada ao contrato. Citamos ainda a necessidade de ampliar a cobertura, incluindo, por exemplo, as despesas médicas decorrentes de acidentes pessoais, pois esta é a principal demanda que recebemos dos(as) discentes e, com o contrato atual, não é possível atendê-la.

Citamos também a necessidade de garantir o que define a Lei Brasileira de Inclusão, nº 13146/2015, a qual prevê a garantia ao aluno com deficiência da presença de um acompanhante/ atendente pessoal ou profissional de apoio que o auxilie nas atividades acadêmicas, sem o qual o aluno não conseguiria completar o referido componente curricular. Estas pessoas estão presentes nas atividades, e correm os mesmos riscos dos alunos.

O Estado do Pará, com sua vasta área territorial, apresenta desafios significativos de transporte, especialmente em regiões com infraestrutura rodoviária limitada. Grande parte dos deslocamentos de estudantes para atividades acadêmicas, como visitas técnicas e aulas de campo, é realizada por meio de ônibus, muitas vezes o próprio veículo da universidade, que percorrem por vezes longas distâncias em estradas dos mais diversos níveis de conservação. Esses fatores podem aumentar consideravelmente o risco de acidentes durante o transporte terrestre, especialmente em trajetos realizados sob condições climáticas adversas. Além disso, em determinadas áreas, o transporte fluvial também é uma necessidade, expondo os(as) estudantes a riscos adicionais relacionados à navegação em rios, como as condições meteorológicas e de segurança das embarcações. Tais características, somadas à natureza das atividades acadêmicas desenvolvidas pela UFPA, elevam a necessidade de um seguro coletivo para proteção dos(as) estudantes em caso de acidentes.

As atividades de campo, por exemplo, são indispensáveis para o aprofundamento do conhecimento científico, principalmente em cursos relacionados às ciências ambientais, biológicas e sociais, que demandam a interação direta com a realidade amazônica, além de serem quesitos obrigatórios para a conclusão dos cursos. No entanto, essas atividades também apresentam riscos, uma vez que, por vezes, envolvem deslocamentos a áreas remotas, onde o acesso a serviços médicos pode ser limitado.

A educação básica envolve atividades diversas, desde laboratoriais convencionais até aulas de educação física, passando por atividades práticas, visitas e viagens para participação em eventos. Tais atividades, inclusive pela faixa etária dos(as) alunos(as) envolve riscos de acidentes pessoais das crianças e adolescentes envolvidos.

A educação profissional técnica de nível médio, por sua vez, é desenvolvida em sua maior parte em atividades práticas, de natureza laboratorial, algumas delas com risco de acidentes. Assim é que certas atividades práticas podem envolver acidentes pessoais por conta de movimentos ou posturas corporais específicas em aulas de dança, teatro ou música. Citamos alguns exemplos:

- O desenvolvimento de atividades de manutenção de instrumentos musicais em laboratório/ oficina específicos;
- Arrumação/ desarrumação de espaços para apresentações artísticas, incluindo com o carregamento, deslocamento e montagem de instrumentos musicais, equipamentos de iluminação, equipamentos de cenografia e itens diversos para a arrumação adequada dos espaços;
- A construção de cenários, com uso de ferramentas diversas, elétricas ou manuais;
- A produção de figurinos;

- A afinação (ajuste) de iluminação;
- A montagem e disposição de praticáveis, entre outras.

Essas atividades são realizadas durante as aulas, projetos de ensino, pesquisa, extensão e eventos, e integram a formação obrigatória dos futuros profissionais de música, cenografia, dança, figurino cênico e teatro.

Os(as) estudantes da área da saúde estão expostos(as) a uma série de riscos inerentes às atividades práticas em ambientes clínicos e hospitalares. Entre esses, destacam-se a exposição a agentes biológicos, como sangue contaminado, fluidos corporais, tecidos ou patógenos causadores de doenças, incluindo vírus, bactérias e fungos. Além disso, há um risco constante de acidentes com materiais perfurocortantes, como agulhas, bisturis e outros objetos cortantes utilizados em procedimentos médicos, que podem resultar em ferimentos e contaminação. Tais riscos tornam essencial a adoção de medidas preventivas e de proteção, visando garantir a segurança dos(as) discentes durante suas atividades.

Os(as) estudantes da UFPA desenvolvem atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, que são fundamentais para a missão institucional da Universidade. A realização de aulas de campo, visitas técnicas e eventos acadêmicos é parte integral do processo pedagógico, contribuindo para uma formação de excelência. Porém, em caso de incidentes durante essas atividades, é necessário garantir que haja suporte adequado, tanto em termos de assistência médica quanto de indenizações por eventuais danos materiais ou invalidez.

Assim, com o intuito de garantir a segurança e o bem-estar dos(as) estudantes, e em conformidade com a legislação vigente, a UFPA considera indispensável a contratação de serviço que vise assegurar os alunos dos riscos inerentes às suas atividades acadêmicas. A nova contratação não apenas protegeria os(as) estudantes, mas também atuaria preventivamente, mitigando impactos financeiros e administrativos para a instituição em caso de sinistros.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
PRO-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO	RAIMUNDO DA COSTA ALMEIDA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Inicialmente, a presente contratação tem como objetivo atender ao artigo 9º, inc. IV, da Lei nº 11.788/08 (Lei do Estágio), que estabelece o seguinte:

Art. 9º - As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior,

devidamente registrados(as) em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

[...]

IV - contratar em favor do(a) estagiário(a) seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso.

[...]

Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino.

A contratação também atende as normas da Instrução Normativa nº 213/19 - ME, que estabelece orientações quanto à aceitação de estagiários(as) de nível superior (graduação e pós-graduação), ensino médio e de educação profissional no âmbito da administração pública federal, que diz o seguinte:

Art. 3º O estágio obrigatório será realizado sem a concessão de bolsa-estágio, permitida a concessão de auxílio transporte, sendo indispensável a contratação de seguro contra acidentes pessoais.

Parágrafo único. A responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o caput deste artigo poderá ser assumida pela instituição de ensino.

[...]

Art. 9º Os órgãos e entidades poderão oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

[...]

V - Contratar seguro contra acidentes pessoais, em favor do(a) estagiário(a), cuja apólice seja compatível com os valores de mercado, conforme estabelecido no TCE;

[...]

Parágrafo único - A contratação de seguro contra acidentes pessoais, em nome do(a) estagiário(a), é condição essencial para a celebração de contrato, convênio ou acordo de cooperação, devendo constar do TCE o respectivo número de apólice e o nome da Seguradora.

Neste âmbito, o Tribunal de Contas da União afirma que as instituições de ensino têm a obrigação de contratar seguro para os(as) seus(suas) estagiários(as), e pode contratá-lo para os(as) seus(suas) alunos(as) que estão estagiando fora da instituição quando a atividade se tratar de estágio obrigatório — aquele previsto nos projetos pedagógicos dos cursos e de conclusão necessária para diplomação (Acórdão nº 11849/2016 - TCU - 2ª câmara, pg. 5).

Por demandas internas da universidade, foram incluídas também no escopo do seguro de vida estudantil outras atividades, como aulas de campo e/ou coleta, cenários de prática, atividades práticas internas dentro dos espaços da instituição, ensaios em laboratórios, monitoria, bolsa trabalho, visitas técnicas dentro e fora da UFPA, viagens acadêmicas, competições desportivas, culturais e científicas ocorridos em território nacional e internacional, desde que estejam representando a instituição, entre outras.

Os serviços pretendidos são disciplinados pelos seguintes dispositivos legais:

Lei nº 4.594 de 29 de dezembro de 1964, que regula a profissão de corretor de seguros;

Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 e posteriores atualizações com as modificações introduzidas pelos **Decretos-Lei nº 168, de 14 de fevereiro de 1967**, e **nº 296, de 28 de fevereiro de 1967**, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências;

Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967 e retificações instituídas pelo **Decreto nº 61.589, de 23 de outubro de 1967**, que regulamenta o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com as modificações introduzidas pelos Decretos-Lei nº 168, de 14 de fevereiro de 1967, e nº 296, de 28 de fevereiro de 1967;

Resolução CNSP nº 439/2022, que dispõe sobre as características gerais para operação das coberturas de risco de seguro de pessoas;

Circular SUSEP nº 642/2021, que dispõe sobre a aceitação e a vigência do seguro e sobre a emissão e os elementos mínimos dos documentos contratuais;

Circular SUSEP nº 667/2022, que dispõe sobre as regras complementares de funcionamento e os critérios para a operação das coberturas de risco de seguros de pessoas;

Circular SUSEP nº 668/2022, que dispõe sobre os critérios complementares de atualização e recálculo de valores relativos às operações de seguro, de previdência complementar aberta e de capitalização.

Adicionamos ainda neste escopo a Lei Brasileira de Inclusão, de nº 13146/2015. Esta legislação assegura ao(à) aluno(a) com deficiência o direito a um(a) acompanhante ou a atendente pessoal, devendo o órgão garantir condições adequadas para sua permanência em tempo integral. Ou seja, nos componentes curriculares em que o estudante com deficiência estiver presente e necessitar de apoio, estende-se o seguro de vida ao seu acompanhante. Abaixo segue como a legislação define o acompanhante:

“XII - atendente pessoal: pessoa, membro ou não da família, que, com ou sem remuneração, assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;

XIII - profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;

XIV - acompanhante: aquele que acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal”.

A presente licitação tem por objeto a contratação de serviço comum (art 6º da lei 14.1333/21) de seguro de vida coletivo, aplicável tanto dentro quanto fora da instituição. Não se trata de serviços especializados ou de natureza complexa, mas sim de uma contratação cujas características e padrões de desempenho e qualidade estão claramente definidos no Edital, com base em especificações amplamente utilizadas no mercado. O serviço em questão é de natureza contínua, sem a necessidade de fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, e será contratado por meio de processo licitatório.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Levantamento das soluções disponíveis

Seguro Coletivo de Acidentes Pessoais

- Consistem em contratar empresa de seguro que ofereça proteção contra morte acidental, invalidez permanente (total ou parcial) e, em algumas apólices, inclui despesas médicas decorrentes de acidentes.

Programas de Parcerias com Instituições de Saúde

- Consiste em parcerias com hospitais ou redes de saúde locais que podem oferecer atendimentos de urgência e emergência para os estudantes em caso de acidentes.

5.2. Análise crítica das soluções

O Seguro Coletivo de Acidentes Pessoais apresenta uma série de vantagens significativas. Uma delas é a ampla cobertura, que pode incluir desde morte acidental até invalidez permanente (total ou parcial), além de despesas médicas e hospitalares decorrentes de acidentes. Essa modalidade de seguro garante uma proteção financeira imediata tanto para os(as) estudantes quanto para a própria instituição, assegurando que os(as) alunos(as) estejam resguardados(as) durante a realização de atividades acadêmicas, como visitas técnicas, viagens de campo, estágios e competições esportivas, as quais frequentemente envolvem riscos. Além disso, o seguro pode ser customizado para atender às necessidades específicas da Universidade Federal do Pará (UFPA), levando em consideração o perfil de seus(as) estudantes e as

características das atividades que realizam. Outro ponto positivo é a segurança jurídica e financeira, pois, em caso de sinistro, a responsabilidade financeira é transferida para a seguradora, evitando que a UFPA enfrente encargos inesperados ou ações judiciais por parte dos(as) alunos(as). O atendimento imediato e a agilidade no processo de indenização e assistência também são vantagens relevantes.

Por outro lado, o Seguro Coletivo de Acidentes Pessoais tem algumas desvantagens. O custo elevado é uma delas, visto que a contratação de uma apólice para muitos estudantes, como no caso da UFPA, pode ser uma despesa significativa, especialmente se a cobertura for extensa. Outro ponto negativo é a existência de exclusões e limitações na apólice, o que significa que nem todos os acidentes são cobertos, especialmente aqueles decorrentes de comportamentos de risco ou atividades fora do escopo acadêmico. Além disso, o processo de contratação é burocrático, já que envolve licitações complexas e demoradas, o que pode atrasar a implementação do seguro. Também há a necessidade de renovação periódica da apólice, uma vez que os contratos têm duração limitada, de até cinco anos, e podem sofrer reajustes de preços a cada nova contratação.

A segunda alternativa, **Parcerias com Instituições de Saúde e Seguradoras**, também apresenta vantagens consideráveis. Uma delas é o custo potencialmente mais baixo, especialmente para cobrir despesas médicas e hospitalares em casos de acidentes. Outra vantagem é a personalização dos serviços, permitindo à UFPA negociar pacotes de atendimento de acordo com as necessidades de seus(as) estudantes e as especificidades das atividades acadêmicas. Além disso, esse modelo pode ser implementado de maneira mais rápida, uma vez que as parcerias podem envolver menos burocracia em comparação com os processos de licitação necessários para contratar um seguro coletivo.

No entanto, as Parcerias com Instituições de Saúde e Seguradoras também enfrentam algumas desvantagens. Uma das principais é a complexidade de realizar um número suficiente de parcerias para garantir uma cobertura abrangente, comparável à oferecida por um Seguro Coletivo de Acidentes Pessoais. Para que essa solução seja eficaz, seria necessário firmar acordos com uma grande quantidade de instituições de saúde em diversas regiões, o que pode ser desafiador, especialmente em um estado com a extensão territorial do Pará. Além disso, essas parcerias muitas vezes se limitam a cobrir atendimentos médicos emergenciais, sem oferecer indenizações por morte, invalidez ou danos materiais, o que restringe a proteção dos(as) estudantes em casos mais graves. Outro ponto negativo é a dependência da infraestrutura de saúde local, que, em algumas regiões mais remotas, pode ser insuficiente para atender grandes demandas ou emergências envolvendo vários(as) estudantes ao mesmo tempo. Além disso, a cobertura geográfica pode ser limitada, deixando estudantes que realizam atividades fora do estado ou do país desprotegidos(as), ao contrário do seguro coletivo, que pode oferecer proteção em âmbito nacional ou até internacional.

5.3. Escolha da Solução

O **Seguro Coletivo de Acidentes Pessoais** se apresenta como a melhor solução para garantir a segurança dos(as) estudantes da Universidade Federal do Pará (UFPA) devido a uma série de fatores que abrangem a cobertura, flexibilidade, proteção em diversos cenários e agilidade na resolução de sinistros.

Primeiramente, a **cobertura abrangente** oferecida por esse tipo de seguro é essencial para a proteção integral dos(as) estudantes. O seguro cobre uma ampla gama de incidentes, incluindo morte acidental, invalidez permanente (total ou parcial), despesas médicas e hospitalares, além de outros riscos que podem ocorrer durante a realização de atividades acadêmicas. Essas atividades, como visitas técnicas, aulas de campo, estágios e competições esportivas, frequentemente envolvem riscos físicos, e o seguro garante a segurança financeira para os(as) estudantes e suas famílias em caso de sinistro. A abrangência da apólice permite que todos(as) os(as) estudantes, independentemente do curso ou nível acadêmico, estejam protegidos(as), incluindo aqueles(as) que realizam atividades de alto risco, como as relacionadas à área da saúde e ciências experimentais. Isso assegura que a UFPA possa continuar desenvolvendo suas atividades acadêmicas sem comprometer a segurança dos(as) alunos(as).

Além disso, a **flexibilidade na contratação** é uma grande vantagem do Seguro Coletivo de Acidentes Pessoais. Este tipo de seguro pode ser personalizado de acordo com as necessidades da UFPA, permitindo que a universidade negocie com seguradoras para incluir coberturas específicas que atendam aos perfis variados de seus(as) estudantes e às particularidades regionais do estado do Pará. Com essa flexibilidade, é possível ampliar a cobertura para incluir novas demandas, como a proteção para alunos(as) de diferentes níveis de ensino, desde o infantil até o técnico, e para aqueles(as) de outras instituições que realizam atividades pedagógicas na UFPA. Essa adaptação das condições da apólice permite que a universidade tenha uma proteção sob medida, otimizando os recursos financeiros e maximizando a segurança.

Outro ponto relevante é a proteção em diversos cenários, que torna o Seguro Coletivo de Acidentes Pessoais a solução mais completa. Os(as) estudantes da UFPA estão expostos(as) a uma variedade de riscos, que vão desde acidentes durante o transporte terrestre ou fluvial, devido à vasta e desafiadora geografia do Pará, até acidentes em laboratórios, hospitais e áreas remotas durante atividades de campo. O seguro coletivo cobre os(as) estudantes em todas essas situações, oferecendo proteção tanto no território nacional quanto em possíveis atividades internacionais. Isso garante que os (as) alunos(as) estejam cobertos(as) em qualquer local ou situação em que estejam desempenhando suas atividades acadêmicas, eliminando lacunas de cobertura e proporcionando tranquilidade à universidade e às famílias dos(as) estudantes.

Por fim, a **rapidez na resolução de sinistros** é uma das grandes vantagens do Seguro Coletivo de Acidentes Pessoais. Em caso de acidente, o seguro proporciona um atendimento ágil e eficiente, tanto no que se refere à assistência médica quanto no pagamento de indenizações. A contratação de uma seguradora garante que, em situações emergenciais, os(as) estudantes recebam o atendimento necessário de

forma imediata, sem que a UFPA precise arcar com os custos ou enfrentar dificuldades administrativas. Isso é especialmente importante em cenários de risco elevado, como áreas remotas e laboratórios de alta periculosidade, onde uma resposta rápida pode ser crucial para minimizar os danos à saúde e à integridade física dos(as) estudantes.

Diante dessas considerações, o Seguro Coletivo de Acidentes Pessoais se mostra a melhor solução para a UFPA, uma vez que oferece uma cobertura ampla e adaptável, proteção em diversos cenários, e garante uma resposta ágil em casos de sinistro. Além de proporcionar segurança financeira e jurídica para a instituição, o seguro atende de maneira eficiente às demandas dos(as) estudantes, permitindo que a UFPA continue a cumprir sua missão acadêmica com excelência, sem comprometer a segurança e o bem-estar de seus(as) alunos(as).

6. Descrição da solução como um todo

Objetiva-se a contratação de uma empresa para oferecer Seguro Coletivo, cobrindo acidentes pessoais, morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente, despesas médicas, hospitalares e odontológicas. A cobertura abrange todos os(as) alunos(as) regularmente matriculados(as) na Universidade Federal do Pará (UFPA) e seus(as) acompanhantes (no caso de alunos(as) com deficiência), incluindo aqueles (as) que, devido a erros ou omissões, não constam na relação de vidas do mês, tanto na modalidade presencial quanto a distância.

O seguro objeto da presente contratação contemplará as seguintes coberturas:

- Morte Acidental (MAC): Garantido aos(as) beneficiários(as) o pagamento do capital segurado individual contratado - para essa cobertura, em caso de falecimento decorrente, exclusivamente, de acidente pessoal coberto pelo seguro. Capital segurado: R\$ 14.300,00 (catorze mil e trezentos reais).
 - Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente (IPA): Garantido ao(à) próprio(a) segurado(a), em caso de invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente, o pagamento de uma indenização limitada ao valor do Capital Segurado Contratado, caso haja perda, redução ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão, em virtude de lesão física causada por acidente pessoal coberto, mediante comprovação por meio de laudo médico e desde que tais lesões sejam insuscetíveis de reabilitação pelos meios terapêuticos disponíveis no momento de sua constatação. Capital segurado: R\$ 14.300,00 (catorze mil e trezentos reais);
 - Despesas Médicas Hospitalares e Odontológicas (DMHO): Garantindo cobertura das despesas médicas hospitalares e odontológicas incorridas no tratamento sob orientação médica, em consequência direta de acidente pessoal coberto, dentro do período de cobertura da apólice e desde que iniciado nos 30 (trinta) primeiros dias contados do acidente até o limite do Capital Segurado Contratado. Capital segurado: R\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais).
- a. Assistências especiais: Em todos os casos de acidentes ocorridos, nas dependências ou não da Contratante, e desde que o(a) segurado(a) esteja

desenvolvendo as atividades descritas na cláusula primeira do presente termo de referência, haverá prestação das seguintes assistências quando houver recomendação médica, que deverão ser acionadas através de Central de Atendimento 0800.

- b. Transporte: Em caso de acidente pessoal coberto em que seja impossível a locomoção do(a) segurado(a), por recomendação médica, e desde que o afastamento seja superior a 05 (cinco) dias úteis, a Contratada providenciará transporte de ida e volta nas seguintes situações:
- c. Entre Residência e Local de Estágio: o limite máximo de reembolso será de até R\$ 30,00 (trinta) reais por dia, por no máximo, 30 (trinta) dias.
- d. Entre Residência e a Clínica ou Hospital para Tratamento Fisioterápico: o limite máximo de reembolso será de R\$30,00 (trinta) reais por dia, até no máximo de 20 (vinte) sessões. Deverá ser apresentado o pedido médico das sessões fisioterápicas.
- e. Remoção Hospitalar: Em caso de acidente pessoal coberto, em que o(a) segurado(a) for hospitalizado(a) e necessitar de remoção para hospital tecnicamente capacitado, desde que haja a justificativa do médico assistente atestando que o hospital em que se encontra é tecnicamente inadequado, a Contratada se responsabilizará pela transferência do(a) segurado(a) para o hospital adequado mais próximo, desde que o quadro clínico se encontre estabilizado, através de meio de transporte no qual a junta médica, em acordo com o médico que atende o(a) segurado(a), considere mais apropriado, seja por ambulância, carro simples, avião comercial (quando permitido pelas companhias aéreas disponíveis e devidamente equipados com aparelhagem médica auxiliar) ou avião UTI (Unidade de Terapia Intensiva).
- f. Retorno em Domicílio após Alta Hospitalar, em caso de acidente pessoal coberto: Em caso de o(a) segurado(a), após ter recebido alta hospitalar, não se encontrar em condições de retornar ao seu domicílio (residência habitual) como passageiro regular, a Contratada providenciará o retorno do(a) segurado(a) pelo meio de transporte mais adequado. O serviço deverá incluir a organização da viagem de retorno com coordenação no embarque e na chegada, com a infraestrutura adequada ao meio de transporte eleito, através de complementação tecnológica da aparelhagem médica necessária (montagem de UTI, quando necessária) e acompanhamento médico e/ou de enfermeiro(a), ambulâncias, UTI móvel, quando necessário.
- g. Tratamento Fisioterápico: Em caso de acidente pessoal coberto, e após a alta hospitalar, se houver a necessidade de tratamento fisioterápico, devidamente comprovado através de laudo médico, será proporcionado ao(a) segurado(a) o atendimento de 20 (vinte) sessões fisioterápicas, por evento, limitando-se ao valor de R\$ 20,00 (vinte) reais cada.

A forma de inclusão dos(as) segurados(as) é automática e se concretiza com o envio de nova relação de vidas. Em caso de sinistro ocorrido com aluno(a) não listado(a), por questões de ordem técnica, como os recém-matriculados, falhas de alimentação do sistema que gera a relação de vidas, dentre outros, também estarão na condição de segurado(a) automático(a).

Sobre o prazo da contratação, optamos pela vigência inicial de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, até o prazo máximo de 10 (dez) anos. Esta decisão baseia-se no fato de que, neste novo processo licitatório, incluiremos a modalidade "Despesas médicas, hospitalares e odontológicas", a qual não estava prevista no contrato anterior. Ou seja, a chance de o acionamento do seguro de vida ser mais frequente é maior, pois a ocorrência de demandas médicas, hospitalares e odontológicas tende a ser bem mais recorrente do que os casos de morte acidental e invalidez parcial ou permanente. Entendemos que a equipe de gestão e fiscalização precisará habituar-se à esta nova prática, bem como avaliar o desempenho da empresa vencedora. O período de 12 meses nos parece ser razoável, pois, em caso de baixo desempenho da empresa, é possível não renovar o contrato. E caso o desempenho da empresa seja adequado, há a possibilidade de renovação por até 10 anos. Outro ponto avaliado pela equipe de contratação é que o mercado de seguro de vida é muito dinâmico, e a renovação anual permitirá que anualmente seja reavaliada a vantagem de manter o contrato ou partir para uma nova contratação.

- **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O contrato nº 08/2020/UFPA, vigente, foi produzido/ celebrado no ano de 2019. Naquela época, o número de estudantes de graduação e pós-graduação, somados, era de 47.195 (Fonte: UFPA em Números, ano base 2018). Para este quantitativo de alunos(as), ficou estipulada a cobertura limite de 15.000 (quinze mil) vidas a serem asseguradas por mês, isto é, a cobertura era de cerca de 32% dos(as) estudantes.

Atualmente, a UFPA possui 39.936 alunos(as) matriculados(as) em cursos de graduação e 11.438 na pós-graduação, totalizando 51.374 (Fonte: UFPA em Números, ano base 2023), ou seja, o percentual de aumento foi de cerca de 9%. Adicionando a esse cálculo os(as) 1.213 alunos(as) da educação básica e 1.176 alunos(as) em cursos técnicos, este percentual sobe para cerca de 14%. Abaixo fizemos um quadro-síntese que resume esse aumento:

Tabela 1 – Comparativo do aumento do número de estudantes por nível de ensino.

	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	ENSINO BÁSICO	ENSINO TÉCNICO	TOTAL
2018	36.959	10.236	NÃO CONTEMPLADO	NÃO CONTEMPLADO	47.195
2023	39.936	11.438	1.213	1.176	53.763

AUMENTO	13,92%
---------	--------

Fonte: UFPA em números 2019 (ano base 2018) e 2023 (ano base 2022).

Se utilizarmos esta memória de cálculo (de 32% de cobertura do total do alunado), somente, a estimativa para o próximo contrato seria de **17.204 (dezessete mil duzentos e quatro) vidas a serem asseguradas por mês**, o que daria **206.450 (duzentas e seis mil quatrocentos e cinquenta) vidas asseguradas por ano**.

Porém, existem outras questões a serem avaliadas: Anualmente há crescimento do número de estudantes matriculados(as) na Universidade. Há também a constante possibilidade de expansão da universidade, seja por meio da criação de novos cursos, novos campi ou ainda novos acordos com prefeituras e/ou o Governo do Estado do Pará. Por isso, contabilizamos a média de alunos(as) matriculados(as) da graduação e pós-graduação dos últimos 5 anos, e a tabela 2 abaixo reflete esse cálculo:

Tabela 2 – Comparativo do aumento percentual do número de estudantes no período de 2018 a 2022.

TIPO	2019	2020	2021	2022	2023	PERCENTUAL MÉDIO DE AUMENTO
Graduação	38.786	34.960 (-9,86%)	38.401 (+9,84%)	39.728 (+3,46%)	39.936 (+0,52%)	0,99%
Pós-Graduação	10.024	10.687 (+6,61%)	9.424 (-11,82%)	10.607 (+12,55%)	11.438 (+7,83%)	3,80%
MÉDIA DE AUMENTO DO Nº DE ALUNOS MATRICULADOS DE GRADUAÇÃO E PÓS						2,393%

Fonte: UFPA em números 2019 (ano base 2018), 2020 (ano base 2019), 2021 (ano base 2020) 2022 (ano base 2021) e 2023 (ano base 2022).

Como, pela nova lei de licitações, o contrato pode ser prorrogado por até 10 anos, entendemos que essa estimativa de aumento deve ser levada em consideração. Assim, fizemos a seguinte projeção para o próximo contrato (Tabela 3):

Tabela 3 – Estimativa do aumento médio do número de vidas

ANO	NÚMERO DE VIDAS ASSEGURADAS + AUMENTO DE 2,4% AO ANO

2025	206.450 vidas
2026	211.405 vidas
2027	216.479 vidas
2028	221.674 vidas
2029	226.994 vidas
2030	232.442 vidas
2031	238.021 vidas
2032	243.733 vidas
2033	249.583 vidas
2034	255.573 vidas
MÉDIA de 10 anos	230.235 vidas

Fonte: UFPA em números 2019 (ano base 2018) e 2023 (ano base 2022).

Com base nesta memória de cálculo, consideramos que a contratação deve contemplar inicialmente 230.235 (duzentos e trinta mil duzentos e trinta e cinco) vidas por ano, o que equivale a cerca de 20.000 (vinte mil) vidas por mês.

O número de referência de 20.000 (vinte mil) vidas por mês representa o limite máximo previsto para a contratação. No entanto, o faturamento mensal será calculado com base na Relação de Vidas Discentes, documento que incluirá nome, sexo, CPF e data de nascimento de cada segurado(a), sendo enviado mensalmente à CONTRATADA. O valor faturado será determinado de acordo com o quantitativo dessa relação mensal.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 201.600,00

As contratações de serviço de seguro de vida costumam seguir dois modelos: uma quantidade fixa de vidas, em que a unidade de contratação é “mês”; ou um formato mais flexível com a unidade “vida por mês”, em que as quantidades variam a cada mês

e a cobertura de um(a) estudante específico(a) se dará somente para os meses em que constar nas listas enviadas à seguradora. A presente contratação utilizará o formato mais flexível, com a unidade “vida por mês”, pois ele está mais alinhado às variações características do serviço.

O valor unitário da contratação baseia-se em cotação de preços feita no Banco de Preços, a qual segue:

Tabela 4 – Pesquisa de preços

				Arredondamento
Quantidade a ser segurada por mês	20.000	Média	R\$ 1,20	R\$ 1,20
Preços unitários levantados		Mediana	R\$ 1,02	R\$ 1,02
Instituição 01	R\$ 0,24	Desvio padrão	R\$ 0,98	
Instituição 02	R\$ 0,49	Limite do sobrepreço	R\$ 2,00	Maior que isto será considerado sobrepreço
Instituição 03	R\$ 0,84	Limite da inexecutabilidade	R\$ 0,04	Menor que isto será considerado inexecutável
Instituição 04	R\$ 1,20			
Instituição 05	R\$ 1,42			
Instituição 06	R\$ 3,00			

Fonte: Banco de Preços e Painel de Preços.

Aplicamos a metodologia definida na Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021, a qual define que “Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços (...)”. A média aritmética simples é utilizada em casos nos quais o rol numérico não apresenta

nenhuma repetição. Para calcular o valor da média aritmética simples, devemos realizar o somatório de todos os elementos do rol e dividir essa soma pela quantidade de elementos.

Considerando os valores de média e mediana, a instituição 6 está em sobrepreço. Assim, a fim de definirmos o preço estimado final da contratação, a pesquisa de preços final está apresentada na tabela 5 abaixo:

Tabela 5 – Atualização da média e mediana depois da análise do sobrepreço e inexecutabilidade

				Arredondamento
Quantidade a ser segurada por mês	20.000	Média	R\$ 0,838	R\$ 0,84
Preços unitários levantados		Mediana	R\$ 0,840	R\$ 0,84
A	R\$ 0,24			
B	R\$ 0,49			
C	R\$ 0,84			
D	R\$ 1,20			
E	R\$ 1,42			
Valor Mensal	R\$ 16.800,00			
Valor Anual	R\$ 201.600,00			

Fonte: Produzido pela equipe de contratação com o apoio da CPL/ UFPA

Por fim, considerando que a média e a mediana se equivalem, o valor de referência para esta análise será R\$ 0,84 (Oitenta e Quatro Centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A natureza do serviço a ser contratado não permite seu parcelamento, ou seja, o objeto da presente contratação não é divisível. Trata-se de um seguro coletivo de vida, que se enquadra como um serviço (Art. 6, XI, da Lei 14.133/21) que não é técnica nem economicamente viável de ser parcelado. Além disso, não é prática usual no mercado o parcelamento desse tipo de serviço. Isso implicaria dois ou mais processos de licitação, o que promoveria custos adicionais e elevaria os valores para a administração pública. Ademais, trata-se de uma contratação de apenas um item.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não observamos contratações correlatas e/ou interdependentes para este objeto.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Os serviços a serem contratados constam no Plano Anual de Contratações (PCA) em execução da Pró-Reitoria de Administração da UFPA, conforme abaixo:

Nº do Documento de Formalização da Demanda (DFD): 791/2024

ID PCA no PNCP: 34621748000123-0-000001/2024

Data de publicação no PNCP: 19/05/2023

ID da contratação: 153063-1033/2024

A contratação também está alinhada ao Plano de Desenvolvimento da Unidade - PDU 2022-2025 da PROAD, em consonância com a sua missão, que é “Promover e gerenciar políticas e ações administrativas que contribuam para o pleno funcionamento da UFPA”. As escolas técnicas vinculadas à UFPA e a Escola de Aplicação da UFPA integram a estrutura da Universidade Federal do Pará conforme o PDI 2016-2025 UFPA (p.122) atendendo ao disposto na Lei 11.892/2008, nas portarias nº 907/2013 - MEC/Gabinete do Ministro e nº 959/2013 MEC/Gabinete do Ministro, no Estatuto (art. 47, 48 e 49) e no Regimento Geral da UFPA. A oferta de estágios obrigatórios para todos os estudantes regularmente matriculados em disciplinas de estágio curriculares obrigatórios, atende o dispositivo na Lei nº 11.788/08, assim, esta contratação está alinhada com a missão, pois garante o pleno funcionamento da UFPA.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os principais benefícios esperados com a contratação serão:

- Atender à Lei nº 11.788/08, que dispõe sobre os estágios de estagiários (as) de estabelecimentos de ensino superior e profissionalizante.

- Atender à IN nº 213/19, que estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários (as) no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.
- Oferecer tranquilidade para pais e responsáveis.
- Cobrir despesas médicas em caso de acidentes ou emergências.
- Proporcionar assistência em viagens acadêmicas.
- Indenizar por invalidez ou morte decorrente de acidentes.
- Melhorar a confiança institucional perante estudantes e suas famílias.
- Facilitar o acesso a serviços de emergência 24 horas.
- Reduzir riscos financeiros para a instituição em casos de acidentes ou incidentes com estudantes.

A ampliação do contrato de seguro de vida para os(as) discentes da Universidade Federal do Pará (UFPA) trará uma série de benefícios, tanto para a instituição quanto para os(as) estudantes. Do ponto de vista da segurança, a cobertura será estendida a todas as etapas de ensino, contemplando desde alunos de educação infantil, fundamental e médio, até os(as) discentes de cursos técnicos, graduação e pós-graduação, além de alunos de outras instituições que estejam fazendo atividades pedagógicas na UFPA. Essa abrangência garante uma proteção integral e equitativa a todos(as) os(as) estudantes, promovendo um ambiente mais seguro e resguardado, tanto dentro quanto fora do ambiente acadêmico.

A contratação de um novo seguro mantém a UFPA em plena conformidade com as exigências legais, prevenindo possíveis passíveis jurídicos relacionados à segurança dos(as) seus(suas) discentes. Ao aderir às normas vigentes, a universidade também fortalece sua imagem institucional, demonstrando o compromisso com o bem-estar e a proteção de seus(suas) alunos(as), o que pode impactar positivamente sua reputação e atratividade no cenário acadêmico.

A criação de uma apólice de seguro abrangente, adaptada às necessidades de todos os níveis de ensino, favorece a continuidade e o desenvolvimento das atividades educacionais, pois oferece tranquilidade às famílias, estudantes e à própria administração da UFPA, diante de possíveis imprevistos.

13. Providências a serem Adotadas

- a. **Capacitação em Legislação e Normas do Seguro:** Formação sobre as leis e regulamentações pertinentes ao seguro coletivo, incluindo a Lei 14.133/21, para garantir que os servidores compreendam os aspectos legais que regem o contrato;
- b. **Gestão e Fiscalização de Contratos:** Curso sobre gestão e fiscalização de contratos, abordando as melhores práticas e procedimentos para assegurar o cumprimento das cláusulas contratuais, incluindo o monitoramento das obrigações da seguradora e a garantia de que os serviços prestados estejam em conformidade com o que foi acordado;
- c. **Procedimentos de Sinistros:** Treinamento sobre como registrar e gerenciar sinistros, podendo incluir capacitações oferecidas pela seguradora, para garantir

que os servidores(as) estejam aptos(as) a lidar com esses casos de forma eficiente;

- d. **Elaboração de Relatórios de Gestão:** Capacitação para a elaboração de relatórios de gestão, que permitam acompanhar e avaliar a eficácia do seguro e sua utilização ao longo do período contratual;
- e. **Preenchimento de Relatórios e Uso de Softwares:** Capacitação sobre o preenchimento adequado do relatório de vidas asseguradas, além de treinamento em softwares de processamento de dados que auxiliarão na gestão e controle das informações referentes aos(às) estudantes assegurados.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Dado que o formato da prestação do serviço não exige o fornecimento de materiais, não foi possível localizar qualquer tipo de prática sustentável relacionada a logística reversa para desfazimento ou reciclagem de bens e refugos a ser observada pelas partes.

A fim de mitigar os impactos ambientais relacionados ao uso e produção de papel, sugere-se que todos os documentos trocados entre a contratante e a contratada sejam enviados em formato digital (com assinatura digital válida).

Este contrato deve considerar os possíveis impactos ambientais associados à execução dos serviços pela contratada, com a implementação de medidas mitigadoras adequadas. Isso inclui requisitos para a redução do consumo de energia e outros recursos, buscando a eficiência no uso de materiais e a minimização de desperdícios. As medidas para mitigar os impactos ambientais deverão ser baseadas em boas práticas de sustentabilidade, promovendo a redução da poluição e a otimização dos recursos utilizados, como energia elétrica, água e substâncias potencialmente poluentes, bem como garantindo o destino adequado dos resíduos produzidos pela contratada.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Devido à necessidade do objeto pretendido neste estudo e após análise das informações apresentadas pelo setor demandante, consideramos **VIÁVEL** a contratação, seguindo as orientações técnicas contidas neste estudo.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MONICA DE SOUZA FIGUEIREDO

Membro da comissão de contratação

BRUNNA NEGRAO DA CONCEICAO

Membro da comissão de contratação

CARLOS AUGUSTO VASCONCELOS PIRES

Membro da comissão de contratação

CESAR SANTANA ALVES DE QUEIROZ

Membro da comissão de contratação

CLEYTON RAIOL DE LIMA

Membro da comissão de contratação

EDILSON DOS PASSOS NERI JUNIOR

Membro da comissão de contratação

EUCLIDES EDUARDO GRAIM DE MATOS

Membro da comissão de contratação

RENATO MACEDO CORDEIRO

Membro da comissão de contratação

TARIK COELHO ALVES

Membro da comissão de contratação

WERLLEM VALENTE RODRIGUES DANTAS

Membro da comissão de contratação



ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 3/2025 - PROAD (11.69)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 27/03/2025 11:35)

BRUNNA NEGRAO DA CONCEICAO

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

PROAD (11.69)

Matrícula: ###877#9

(Assinado digitalmente em 31/03/2025 14:29)

CARLOS AUGUSTO VASCONCELOS PIRES

PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO

REITORIA (11.01)

Matrícula: ###343#9

(Assinado digitalmente em 27/03/2025 11:30)

CESAR SANTANA ALVES DE QUEIROZ

ADMINISTRADOR

PROAD (11.69)

Matrícula: ###107#1

(Assinado digitalmente em 27/03/2025 11:27)

EDILSON DOS PASSOS NERI JUNIOR

DIRETOR(A) DE ESCOLA - TITULAR

NPI (11.26)

Matrícula: ###323#9

(Assinado digitalmente em 28/03/2025 14:15)

EUCLIDES EDUARDO GRAIM DE MATOS

COORDENADOR(A) - TITULAR

COFIN (11.70.03.05)

Matrícula: ###490#9

(Assinado digitalmente em 27/03/2025 11:54)

MONICA DE SOUZA FIGUEIREDO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DO NOVO CONTRATO DE SEGURO DE
VIDA - PORTARIA Nº 3493/2024

PROAD (11.69)

Matrícula: ###838#8

(Assinado digitalmente em 28/03/2025 15:15)

RENATO MACEDO CORDEIRO

TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

PROEG (11.70)

Matrícula: ###272#5

(Assinado digitalmente em 27/03/2025 11:30)

TARIK COELHO ALVES

PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO

ETDUFPA (11.31.06)

Matrícula: ###297#5

(Assinado digitalmente em 27/03/2025 14:17)

WERLLEM VALENTE RODRIGUES DANTAS

ADMINISTRADOR

PROPESP (11.72)

Matrícula: ###356#2

(Assinado digitalmente em 27/03/2025 11:23)

CLEYTON RAIOL DE LIMA

TERCEIRIZADO

CPF: ###.###.742-##

Visualize o documento original em <https://sipac.ufpa.br/documentos/> informando seu número: 3, ano: 2025, tipo: ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, data de emissão: 27/03/2025 e o código de verificação: b157b0b6df